



## ALIENAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE EM INSTITUIÇÕES EAD

Adenaide Amorim Lima<sup>1</sup>  
Jasson da Silva Martins<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho discute a prática docente nos cursos de pedagogia em Instituições de Educação à Distância. O objetivo é compreender o impacto da qualificação na prática docente. O conceito de qualificação que norteia este trabalho fundamenta-se na concepção marxista da autora Ana Elizabeth Alves, para quem a qualificação não é somente uma preparação para exercer um trabalho, mas implicações na forma como o sujeito se constitui e se relaciona com o mundo. Trata-se de um estudo de caso fundamentado na abordagem qualitativa. A análise dos dados foi realizada a partir de categorias que evidenciam o estranhamento e alienação do professor em relação à sua prática.

**Palavras-chave:** Formação docente, Prática alienada, Prática docente, Pedagogia EAD.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo compreender o impacto do fenômeno da qualificação no contexto da reestruturação na prática docente nos cursos de pedagogia em Instituições Privadas de Ensino Superior de Educação à Distância (EAD). O conceito de qualificação que norteia este trabalho fundamenta-se na concepção marxista da autora Ana Elizabeth Santos Alves (2005), para quem a qualificação não é somente uma preparação para exercer um trabalho, mas implicações ligadas à forma como o sujeito se relaciona consigo próprio e com o mundo à sua volta.

Esta pesquisa está inserida na abordagem qualitativa e fundamenta-se no estudo de caso como método de investigação. Para a produção de dados foram utilizados os seguintes procedimentos: a observação em campo, a análise de material didático, registros em diário de campo, além de conversas informais com alunos e professores. Para Amado e Freire (2013), o estudo de caso tem como ponto de partida a compreensão de um dado contexto, no entanto, seus objetivos não estão totalmente dissociados de uma realidade mais ampla, o que permite formular hipóteses e fazer conjecturas genéricas a partir de resultados particulares.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGED/UESB, [adenaideamorim@gmail.com](mailto:adenaideamorim@gmail.com).

<sup>2</sup>Professor Orientador: Doutorando em Filosofia, Universidade Federal da Bahia - UFBA, [jassonfilos@gmail.com](mailto:jassonfilos@gmail.com).



O estudo de campo deste trabalho foi realizado em dois cursos de graduação em pedagogia pertencentes a instituições privadas EAD distintas, denominadas neste texto de instituição A e instituição B. A instituição A localiza-se na cidade de Vitória da Conquista/BA, sendo nacionalmente conhecida devido às suas propagandas, e possui sede em São Paulo. Seus cursos são caracterizados como semipresenciais, nos quais algumas disciplinas são ofertadas presencialmente e outras são totalmente à distância.

A instituição B situa-se na cidade de Belo Campo/BA, com sede na cidade de Valença/BA. Teoricamente, o curso de pedagogia desta instituição também é semipresencial. Neste caso, parte de uma mesma disciplina seria presencial e, outra parte, à distância. Porém, não é assim que de fato ocorre. A situação deste curso de pedagogia é mais complicada do que se imagina. Ela não é certificada pelo Ministério da Educação (MEC) e os certificados de graduação emitidos são validados por outra instituição credenciada. Geralmente, esta instituição atua em pequenas cidades e em escolas cedidas pela prefeitura.

Este estudo mostra-se relevante na medida em que permite refletir a respeito da atual situação da educação EAD no Brasil e, a partir desta reflexão, antever o futuro da formação dos pedagogos que se desvela nesta perspectiva. Uma vez que, de acordo com Giolo (2008), parece não haver dúvidas de que a oferta de cursos de pedagogia à distância tem buscado substituir a oferta presencial e, em certa medida, conseguido o seu intento.

## **QUALIFICAÇÃO E COMPETÊNCIA PROFISSIONAL**

Conforme Alves (2005), não há como falar em qualificação sem falar de trabalho, dado que ambas as concepções sempre estiveram intrinsecamente ligadas ao longo da história e acompanharam as constantes modificações das relações de trabalho no sistema capitalista até o atual modelo, no contexto da reestruturação produtiva.

Por reestruturação produtiva compreendem-se as severas mudanças ocorridas no modo de produção do capital, tendo por características fundamentais a desregulamentação e a flexibilização do trabalho, reforçadas pela acumulação flexível e pelo uso das novas tecnologias. Com este mecanismo, “torna-se difícil dissociar o tempo de trabalho e o tempo extratrabalho, o profissional e o pessoal, o público e o privado” (ALVES, 2005, p. 101). As demandas mercadológicas de cunho neoliberal acabam por ditar praticamente todas as regras que estruturam a sociedade.

Como consequência, trabalhos como os de Santos (2012) e Giolo (2008) têm apontado que a crescente mercantilização do setor privado da educação superior, fruto de políticas



neoliberais, tem imposto cada vez mais obstáculos ao trabalho docente. Neste trabalho, objetiva-se compreender como a ausência dessa fronteira entre público e privado, vida e trabalho, tem sido absorvida e quais são os seus reflexos na prática do professor que vem formando os futuros pedagogos, num contexto onde a qualificação profissional cedeu lugar à qualificação ultimamente compreendida como competência.

Essas mudanças nas estruturas produtivas são tão intensas que acabam formando em cada época um novo homem e interferindo não somente em sua relação com o trabalho, mas em seu modo de vida, em sua relação com o seu semelhante e consigo mesmo. Deste modo, “O trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador. O trabalhador [produz], portanto, a si mesmo, e o homem enquanto trabalhador, enquanto mercadoria, é o produto do movimento total” (MARX, 2004, p. 91, grifos do autor).

Há, no período manufatureiro, o início da divisão do trabalho que marcará a era industrial e revolucionará o processo produtivo para sempre. Com o surgimento de máquinas cada vez mais elaboradas, esse processo torna-se mais aperfeiçoado e o movimento do trabalhador torna-se mais racionalizado. Isso acaba gerando concorrência entre os capitalistas e, conseqüentemente, uma maior precarização do trabalho para produzir mercadorias de menor custo, com um número cada vez mais reduzido de trabalhadores e em menor tempo.

Com o princípio da administração taylorista no trabalho, marcado pela gestão eficiente, há um movimento de desqualificação da mão de obra. Essa dinâmica efetiva-se criando uma rígida separação entre concepção e execução, teoria e prática. Nesse processo, exige-se do trabalhador uma expropriação do conhecimento daquilo que ele faz e de si próprio, ele se confunde com a máquina que opera ao ter os seus movimentos cronometrados, ao ter o seu tempo padronizado seu pagamento passa a ser realizado por peça produzida. O resultado disso tudo é o nascimento do trabalho alienado.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. [...]. Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor (MARX, 2004, p. 80).

Com a determinação de criar um novo modo de viver com base no consumo, houve profundas e irreversíveis mudanças tanto nas estruturas da sociedade como também na mentalidade da população. Além de ocorrer um redirecionamento das funções administrativas do Estado, houve também uma formação da moral, baseada na racionalidade e no



disciplinamento, principalmente da classe operária que passou a ser formada cada vez mais cedo, pois, preocupados com a sua mão de obra, os capitalistas determinaram mudanças nas políticas educacionais em vários países, inclusive no Brasil (ALVES, 2205).

Quando o modelo fordista entra em crise com a diminuição da produtividade, dos lucros e do acúmulo de riquezas, aliados com a competição nos mercados internacionais, há um processo de reestruturação na produtividade industrial e no controle do trabalho baseado no modelo de produção japonês, o toyotismo. Esse modelo instaura novas práticas no mundo do trabalho, exigindo um novo tipo de trabalhador em moldes que pudesse ser capaz de dar continuidade ao funcionamento do sistema capitalista. Entra em crise o “modelo da qualificação” e entra em cena o “modelo da competência”.

[...] o “modelo da qualificação” implica uma negociação dos salários, das promoções e da classificação dos cargos. O “modelo da competência” gera particularização das relações entre o capital e o trabalho e o aumento do individualismo nas relações entre os empregados (ALVES, 2005, p. 101).

Uma das marcas do avanço desse modelo de produção foi o desenvolvimento da tecnologia em benefício do capitalismo e da flexibilização da economia. Conforme esperado, “as inovações tecnológicas nem sempre supõem um caminho com avanços para a classe trabalhadora” (ALVES, 2005, p. 64), como consequência, houve o barateamento e a precarização da mão de obra, inclusive dos trabalhadores qualificados. A despeito das novas exigências de um trabalhador flexível (cooperação, criatividade, espírito empreendedor e de liderança etc.), qualificação e estabilidade não fazem parte dessa nova fase capitalista.

Coloca-se então um fim na divisão técnica do trabalho. A partir de agora, o trabalhador deve ser polivalente e ser capaz de integrar funções para aumentar a produtividade da empresa em que trabalha, submetendo-se a salários cada vez mais baixos por medo do crescente desemprego.

## **OS EFEITOS DO MODELO DE PRODUÇÃO NA IDENTIDADE PEDAGÓGICA**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a partir do seu artigo 80, e posteriormente nos decretos 5.622/2005 e Decreto 6.303, regulamenta e estabelece as normas para atuação de instituições EAD no Brasil. Esta modalidade de educação deu-se primeiramente em instituições públicas voltadas, principalmente, para professores que já atuavam na educação, mas que não possuíam o nível superior; professores cuja primeira



graduação não correspondia à disciplina que ministrava na sua escola, ou mesmo para a formação continuada dos professores, de um modo geral (SANTOS, 2012).

Mesmo a LDB estimulando essa modalidade de formação, ela só se efetivou a partir do ano 2000. Contudo, foi a partir do ano 2002, com a “massificação da internet”, com o princípio de acumulação flexível toyotista adquirindo supremacia em todos os setores econômicos e, conseqüentemente, com a apropriação neoliberal da educação transformando-a em mercadoria, que houve por parte das instituições privadas de educação uma agressiva apropriação da educação EAD, o que

[...] lhe conferiu um perfil completamente diferente daquele imaginado pela legislação e, mesmo, daquele praticado pelas instituições públicas: de uma atividade complementar e subsidiária à educação presencial, tornou-se um objeto importante na disputa do mercado educacional. As atenções não se voltaram para o conjunto do sistema [...] como pretendia a LDB, mas se fixaram prioritariamente no ensino de graduação e, neste, nos cursos de fácil oferta: Pedagogia [...], em primeiro lugar (GIOLO, 2008, p. 1212).

Conforme pesquisa realizada por Giolo (2008), entre os anos 2000 e 2006 o número de instituições privadas EAD cresceu em um percentual de 100%. De lá para cá esse percentual só tem aumentado. Santos (2012), ao pesquisar sobre a precarização do trabalho docente em instituições privadas de modalidade EAD, nos alerta para um novo e agressivo quadro que se estabelece na formação do pedagogo, que rapidamente começa a se solidificar. As constantes mudanças de reestruturação produtiva no mundo do trabalho têm tido como reflexo a tendência de

[...] um modelo de educação mercantilista e instrumental. Com predominância no ensino virtual, dos modelos franchising educacional, das avaliações baseadas em critérios quantitativos, da ruptura com a produção de conhecimentos críticos, da formação aligeirada e da ênfase em uma educação estritamente conformista para uma inserção social sem autonomia (SANTOS, 2012, p. 236).

Nesse novo modelo de formação do pedagogo muitos são os questionamentos, as dúvidas e as incertezas. Uma educação a serviço do capital não é novidade, tendo em vista que sua democratização e massificação surgiram a serviço do mercado. Talvez o dilema que os professores formadores enfrentam na atualidade seja o de atuar em uma educação formadora que opera a partir da lógica empresarial, onde a formação torna-se mercadoria em



institutos competitivos, geridos nos moldes da racionalidade e cuja finalidade seja a obtenção de lucro e o acúmulo do capital, colocando em questão a identidade do curso de pedagogia.

É comum que os interessados em propagar esta modalidade de educação utilizem-se de argumentos comuns para defendê-la, por exemplo, a “popularização e democratização do acesso às tecnologias de informação e de comunicação e a necessidade crescente de elevar o nível de escolaridade e de aperfeiçoamento e atualização profissional” (BRASIL, 2002, p. 13). Ou que esta seja uma iniciativa “política que privilegia a democratização e a qualidade da educação brasileira” (ALVES, 2011, p. 89), além de outros argumentos, como flexibilidade no horário, a não necessidade de deslocamento do aluno até a faculdade etc.

Após quase vinte anos de formação de professores pedagogos em instituições privadas EAD, não foi realizado um diagnóstico concreto de dimensão nacional para sustentar tais afirmativas. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e, conseqüentemente, o Exame Nacional de Desempenhos dos Estudantes (ENADE), que avaliam os concluintes dos cursos de graduação pouco revelam acerca dessa qualidade.

De acordo com Assis e Amaral (2014), os testes padronizados e exames em larga escala, com o intuito de promover a tão almejada qualidade, têm produzido sérios efeitos colaterais nos sistemas educativos de um modo geral e pouco revelam sobre a real situação da qualidade da formação dos pedagogos via EAD, em instituições privadas.

Esta centralidade nos resultados dos exames de desempenho dos estudantes tem contribuído para desencadear efeitos perversos no interior das IES, sobretudo das privadas. Em estudo realizado por Assis (2008) constatou-se, por meio de dados obtidos junto a coordenadores de cursos de graduação de três IES, que algumas instituições vêm promovendo reformas curriculares de modo a adequá-los aos conteúdos cobrados no Enade (ASSIS; AMARAL, 2014, p. 6).

Outras manobras também são realizadas no interior destas instituições para que a nota obtida nas avaliações seja utilizada na promoção da boa reputação das universidades, com o objetivo de atrair mais estudantes e dinheiro público. É comum o ajuste das avaliações no formato do ENADE, ainda que a “promoção de treinamentos dos estudantes e ou simulados das provas caracteriza um uso indevido da avaliação, além de demonstrar fragilidade do projeto de formação das IES, ao buscarem ajustá-lo a qualquer custo para obter uma boa avaliação do MEC” (ASSIS; AMARAL, 2014, p. 7).

## **ANÁLISE DAS PRÁTICAS DOCENTES OBSERVADAS NAS INSTITUIÇÕES A E B**



Este tópico está reservado à análise da prática docente observada em nossos campos de pesquisa nas instituições **A** e **B**. Durante o período de observação, várias foram as situações que despertaram a nossa atenção, desde aquelas envolvendo a estrutura das instituições, o seu público alvo, até mesmo, no caso da instituição **B**, seu funcionamento informal com a utilização de recursos públicos. Contudo, neste trabalho, discutiremos acerca da prática docente enfatizando questões como empregabilidade docente, atuação docente, perfil docente e o exercício da prática docente.

A questão da empregabilidade docente tem sido um problema desonroso em todas as categorias, desde o professor dos primeiros anos do ensino fundamental até os professores universitários. Pequena é a porcentagem de professores que gozam de boas condições de trabalho e logram sucesso financeiro - duas condições necessárias para uma prática docente exitosa. A desvalorização do trabalho docente compromete, inevitavelmente, a qualidade da educação de um país e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento não só econômico, mas também humano.

Conforme se observa neste estudo, a precarização e a desvalorização do trabalho docente parece ter chegado a um limite máximo. O professor não tem estabilidade em seu emprego e, por isso, é obrigado a ceder parte do seu trabalho de forma gratuita. Por exemplo, na instituição **A**, o professor é contratado por hora/aula a um valor irrisório. Assina-se sua carteira de trabalho de forma legal, de acordo as leis trabalhistas vigentes; no entanto, outros trabalhos prestados por ele à instituição não são remunerados. Estamos nos referindo aos planejamentos de aula, reuniões e outras atividades que extrapolam o fazer docente.

Dadas essas condições, no instante em que o trabalhador vende a sua força de trabalho para a sua reprodução, para a sua subsistência, ele também produz trabalho excedente. O trabalho despendido pelo trabalhador que não cria valor para ele [...]. Essa capacidade de produzir excedente de trabalho é revertida pelos capitalistas a seu favor, pelo controle da força de trabalho, aumentando a produtividade (ALVES, 2005, p. 44).

Na instituição **B**, a situação ainda é pior, pois além de ser irrisoriamente remunerado, o professor entra como um prestador de serviços. Não existe nenhum documento que comprove que o professor possua algum tipo de vínculo com a instituição, exceto os e-mails trocados com a coordenação. As condições de trabalho também são piores do que as da instituição **A**. Como não há material elaborado, o professor deve elaborar seu próprio material didático e



dispor de todo o equipamento de mídia necessário (como notebook, data show etc.), além de se deslocar para os Polos localizados em outras cidades, sem receber adicional por isso.

As subcontratações do trabalho docente nesses moldes refletem a flexibilização da organização do trabalho implantado na acumulação flexível, responsável pelo desemprego estrutural que tanto amedronta os trabalhadores em todos os setores econômicos e que, por isso, se submetem às mais ínfimas condições de trabalho por medo do desemprego. “Essa realidade aponta para uma tendência de as empresas estarem sempre procurando reduzir o quadro de trabalhadores “centrais” contratando uma força de trabalho temporária que pode ser demitida sem custos” (ALVES, 2005, p. 7).

Isso tudo remete a dois problemas vivenciados pelos professores nas instituições **A** e **B**, intensificando ainda mais precarização e desvalorização do trabalho docente: o primeiro é a ampliação do fazer docente e o segundo diz respeito à superlotação das salas de aula. A questão da ampliação do fazer docente reforça o ideário da reestruturação produtiva no modelo toyotista, no qual o trabalhador é admitido “para a empresa, e não para um determinado posto de trabalho” (ALVES, 2005, p. 68). Exigem-se do professor práticas que extrapolam o que se espera de um professor e para o qual ele foi formado.

Na instituição **A**, além do fazer docente, o professor exerce atividades identificadas como de *marketing* e *vendas*. Literalmente, ele veste a camisa da empresa em épocas de campanhas de matrícula. É comum encontrarmos nas redes sociais professores fazendo propaganda da instituição, convocando e “recrutando” novos alunos. Quando fazem isso, os professores mostram-se “profissionais polivalentes, ‘trabalhadores multifuncionais”” (ALVES, 2005, p. 69) para garantirem o seu emprego. Isso nos remete a outra reflexão de Alves (2005), para quem:

[...] a importação da tecnologia não acarreta a utilização de trabalho qualificado, mas, sim, aumento da produção e incremento nas formas de acumulação. A introdução de inovações técnico-organizacionais indica a ocorrência de uma maior intensificação nos processos de trabalho (p. 70).

Ou seja, exige-se do trabalhador/professor no atual contexto um grau de comprometimento que extrapola os limites do seu fazer docente. Com o avanço tecnológico, especialmente com a internet, essa exigência tem sido intensificada “mais de perto”, incluindo o controle de sua vida privada. Os professores são aliciados pela administração a alcançarem metas de matrícula. Na instituição **A** os professores que conseguem que, no mínimo, 75% de





seus alunos renovem suas matrículas para o semestre seguinte são retribuídos com prêmios. Durante a nossa observação o prêmio prometido foi uma adega de vinho.

Estas estratégias, por parte das empresas, nada mais são do que mecanismos de coerção e dominação cujo objetivo é o de manter a produtividade e garantir uma margem de lucro vantajosa. Esse é um ideário de colaboração incutido no trabalhador no qual ele é responsável tanto pelo sucesso, quanto pelo fracasso da empresa. Por isso, superar as metas torna-se objetivo primordial. “O estudo desta teoria parte do ponto de vista do proprietário, com o objetivo de adaptar a força de trabalho às necessidades do capital” (ALVES, 2005, p. 45).

Os mecanismos elaborados pela gerência nunca

[...] usam somente a coerção, mas, também, mecanismos de persuasão que levam os operários a cooperar e o Estado a intervir com políticas que visam amenizar os conflitos, garantindo a reprodução da força de trabalho: “os interesses dos trabalhadores devem ser coordenados com os interesses do capital” (ALVES, 2005, p. 48, grifos da autora).

Percebe-se que cursos de pedagogia EAD da rede privada estão, por um lado, exigindo e moldando um perfil de profissional de acordo com suas demandas capitalistas e, por outro, desqualificando-os ao transformá-los em estranhos à sua profissão, alienados de suas próprias práticas. De acordo com Karl Marx (2004), “Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isso só é possível pelo fato de [o produto do trabalho] pertencer a um *outro homem fora do trabalhador*” (p. 86, grifos do autor).

Pode-se inferir que o perfil profissional exigido nas instituições **A** e **B** está em consonância com modelo de qualificação exigido na reestruturação produtiva, denominado “competência”. Exige-se do trabalhador certos saberes, fazeres e atitudes que o leva a comprometer-se e a envolver-se com a empresa para “o bem de todos”. É esse o perfil de professor valorizado tanto na instituição **A** quanto na instituição **B**. Estima-se o professor mais animado, dinâmico em suas aulas, criativo e menos exigente, o chamado “professor amigo”. Se o professor quiser permanecer na instituição, deve “cair nas graças do alunado”.

A coordenação da instituição **A** recomenda que, por ser a maioria dos alunos composta por trabalhadores, sem tempo para leituras, as aulas devem ser descontraídas e mais leves e flexíveis. Por essa razão, algumas práticas são aceitas “em off” (trabalhos pagos, plagiados, pedidos para retiradas de faltas, principalmente alunos do PROUNI que obrigatoriamente devem ter 75% de frequência, etc.). Por essa razão o professor opta por fazer vistas grossas do



que entrar em confronto com os alunos e, conseqüentemente, com a instituição e perder o seu emprego.

Tendo em vista que o professor é avaliado semestralmente pelos alunos nestas instituições, e uma avaliação negativa pode custar o seu emprego, agir eticamente neste caso pode significar ficar desempregado. Nesse processo, há uma corrupção da prática docente, pois, para Freire (2002), genuinamente uma prática docente ética

Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que dela faz parte. O combate em favor da dignidade da prática docente é tão parte dela mesma quanto dela faz o respeito que o professor deve ter à identidade do educando, à sua pessoa, a seu direito de ser (p. 39).

Esta dinâmica reforça ainda mais o que Alves (2005) já havia dito acerca do perfil de trabalhador qualificado exigido pela nova reestruturação de produção do capital, além das implicações na vida de cada profissional individualmente.

Em relação ao aspecto comportamental, passou-se a exigir atitudes como envolvimento, cooperação, responsabilidade, disponibilidade, espírito empreendedor, [...] avaliações de desempenho individual – [são] atributos utilizados como critérios de seleção para a manutenção do emprego, somados a pressões vindas do mercado de trabalho precarizado quanto à oferta de empregos (p. 79).

Essa estratégia promove não só a competitividade e o individualismo entre os professores, como também os enfraquece enquanto classe trabalhadora, enquanto categoria, tornando-os cada vez mais vulneráveis e submissos às degradantes condições de trabalho impostas. Muda-se o perfil do docente que está atuando e, em maior grau, o perfil do aluno que está sendo formado nos moldes da qualificação como competência.

Outro fator que descaracteriza e aliena a prática docente, principalmente na instituição A, é a questão da superlotação das salas de aula e a dificuldade da relação professor/aluno. Para reduzir custos com professores, a coordenação optou, no semestre observado, por agregar até duas turmas de semestres distintos em uma mesma sala. Por conseguinte, o número reduzido de professores faz com que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), geralmente um artigo, seja feito em grupos. O professor, para dar conta da grande demanda, opta por trabalhar com temas muito próximos utilizando a mesma metodologia de pesquisa.

Esta lógica reflete a necessidade no processo de acumulação da flexibilização e desregulação do mercado, que contaminou todos os setores sociais, e que “tem como objetivo reduzir custos do trabalho com enxugamento do quadro de pessoal, utilizando operários com vínculos empregatícios precários” (ALVES, 2005, p.74). Conseqüentemente, o professor



“trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria” (MARX, 2004, p. 80).

Mesmo que as instituições privadas, assim como as públicas, tenham como missão promover a educação, a primeira sempre opta por operar como qualquer outra empresa. Os pedagogos em formação são vistos como mercadorias produzidas em série, serão formados em menor tempo e com menor custo possível. Como resultado óbvio, estes pedagogos baratos serão absorvidos no mercado com salários cada vez mais irrisórios, além compor o “exército de reserva” de trabalhadores. Essa retroalimentação produz um processo de perda objetiva e imperativa que tende, cada vez mais, a promover a desvalorização do professor.

Diante do que observamos, a prática docente sofre terrivelmente uma descaracterização estética, perpassa por dilemas éticos e morais, além de submeter o professor a conflitos e cerceamento de suas possibilidades. Tudo isso acaba afetando diretamente a formação dos futuros pedagogos que obtém uma formação precária com nome de “qualificação”. E nesse processo, a prática docente transita entre qualificação e precarização da formação docente. Quanto ao professor formador, ele torna-se um estranho, um alienado da sua própria prática docente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao realizarmos este estudo, compreendemos o quão urgente é a necessidade de discutirmos acerca da questão da formação do pedagogo nas instituições privadas EAD, tendo em vista a dúvida finalidade desta formação e também o motivo pelo qual, durante quase vinte anos de ampliação da educação à distância em instituições privadas, o poder público ainda não discutiu efetivamente esta questão. Tendo por base a experiência de outros países, a nossa hipótese é a de que estamos caminhando para um cenário bastante obscuro a beira de um colapso com a qualidade medíocre da formação oferecida em muitos destes cursos.

No interior desta demanda está o problema da mercantilização da prática docente e da construção de uma identidade profissional estranha ao sujeito que a exerce. Como consequência da nova reestruturação produtiva, as instituições de educação EAD, observadas nesta pesquisa, estão forjando uma identidade docente desvinculada de sua formação inicial e de sua identidade socialmente construída. Exige-se uma identidade emergente e fluída que seja construída e desconstruída no exercício produtivo diante de uma necessidade vigente. Exige-se uma polivalência irrefletida, quase sobre-humana, porém, uma prática produtiva.



Como consequência, o professor se relaciona com a sua prática como se estivesse diante de um objeto estranho, alheio, exterior a ele. Ao não se realizar como professor, o docente perde sua identidade e não reconhece a si próprio na profissão que exerce. Além do estranhamento e da alienação, a qualificação como competência se apropria da vida desse professor quando ele é controlado além dos limites da empresa em que trabalha. Suas atividades e o seu tempo, mesmo fora do seu ambiente de trabalho, convergem sempre em força de trabalho<sup>3</sup>.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Elizabeth Santos. **Qualificação e trabalho bancário no contexto da reestruturação produtiva**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2005.

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, v. 10, 2011, p. 83-92.

AMADO, João; FREIRE, Isabel. Estudo de caso na investigação em educação. In: **Manual de investigação qualitativa em educação**. AMADO, João (Org.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 121-143.

ASSIS, Lúcia Maria de; AMARAL, Nelson Cardoso. Avaliação da Educação brasileira: um balanço crítico. **Anais: IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação, Ampae**: Porto, Portugal, 2014, p. 1-15.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior a Distância. Comissão Assessora para Educação Superior a Distância, **Portaria MEC nº. 335**, de 6 de fevereiro de 2002, p. 1-37.

GIOLO, Jaime. A educação a distância e a formação de professores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, set./dez., 2008, p.1211-1234.

MARX, Karl. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos filosóficos**. Bomtempo Editorial, 2004, p. 79-90.

SANTOS, Sheila Daniela Medeiros dos. A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudança. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 46, out./dez., 2012, p. 229-244.

---

<sup>3</sup> Uma versão ampliada desta pesquisa foi publicada com o título *Estranhamento Docente Perante a Sua Prática no Contexto da Reestruturação Produtiva* no e-book organizado pelo professor Yan Capua Charlot em 2020, intitulado *Educação e Contemporaneidade: contributos de sua rede colaborativa*.